



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

A estética do celibato como expressão de seus fundamentos: considerações a partir da Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*

The aesthetics of celibacy as an expression of its foundations: considerations from the Encyclical Sacerdotalis Caelibatus

La estética del celibato como expresión de sus fundamentos: consideraciones de la Encíclica Sacerdotalis Caelibatus

Thiago De Moliner

Eufrásio¹

orcid.org/0000-0003-3568-9277

thiagomoliner@gmail.com

Enviado em: 23/08/2021.

Aprovado em: 26/08/2021.

Publicado em: 07/10/2021.

Resumo: No pós-Concílio Ecumênico Vaticano II o papa Paulo VI respondeu as objeções acerca do celibato com a encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* em 1967. Para tal apresentou as razões do celibato apoiando-se na cristologia, eclesiologia e escatologia. Tais fundamentos permitem ao candidato ao celibato apreender o sentido último do dom recebido e vivido como expressão da profundidade do amor humano como participação no mistério da encarnação de Jesus Cristo que culmina em sua Paixão, Morte e Ressurreição. Em tal participação, chamado a amizade com o Redentor, o ministro ordenado expressa a estética do celibato em seus movimentos de configuração, disponibilidade e esperança.

Palavras-chave: Amor. Celibato. Sacerdócio. *Sacerdotalis Caelibatus*. Vocação.

Abstract: In the post-Vatican II Ecumenical Council, Pope Paul VI answered the objections about celibacy with the encyclical *Sacerdotalis Caelibatus* in 1967. For that he presented the reasons for celibacy based on christology, ecclesiology and eschatology. Such foundations of understanding allow the candidate for celibacy to grasp the ultimate meaning of the gift received and lived as an expression of the depth of human love as a participation in the mystery of the incarnation of the Jesus Christ that culminates in his Passion, Death and Resurrection. In such participation, called friendship with the Redeemer, the ordained minister expresses the aesthetics of celibacy in its movements of configuration, availability and hope.

Keywords: Love. Celibacy. Priesthood. *Sacerdotalis Caelibatus*. Vocation.

Resumen: En el Concilio Vaticano II post-ecuménico, el Papa Pablo VI respondió a las objeciones sobre el celibato con la encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* en 1967. Para ello presentó las razones del celibato basadas en la cristología, la eclesiología y la escatología. Tales fundamentos permiten al candidato al celibato captar el sentido último del don recibido y vivido como expresión de la profundidad del amor humano como participación en el misterio de la encarnación de Jesucristo que culmina en su Pasión, Muerte y Resurrección. En tal participación, llamada amistad con el Redentor, el ministro ordenado expresa la estética del celibato en sus movimientos de configuración, disponibilidad y esperanza.

Palabras clave: Amor. Celibato. Sacerdócio. *Sacerdotalis Caelibatus*. Vocación.

Introdução

O tema do celibato tem despertado, ao longo da história da Igreja, diferentes reflexões e posicionamentos a favor e contra sua disciplina. Nos dias atuais a questão continua presente. É o que se pode verificar, por exemplo, no Sínodo Pan-amazônico concluído em 2019 onde, dentre os grupos de



¹ Seminário Teológico Bom Pastor, Florianópolis, SC, Brasil.

trabalho, surgiu a questão da possibilidade de admitir homens casados ao ministério sacerdotal.

O presente artigo tem como ponto de partida a encíclica de Paulo VI *Sacerdotalis Caelibatus*. Escrita em 1967 ela responde a uma das questões apresentadas no desenrolar do Concílio Ecumênico Vaticano II como testemunha o texto da referida encíclica (SaC 2). Com a pretensão de apresentar algumas considerações, o artigo que ora se apresenta não se restringe ao conteúdo da encíclica, também não pretende oferecer uma síntese ou uma abordagem de todas as suas partes.

Partir do conteúdo apresentado por Paulo VI significa, aqui, deter-se sobretudo nas razões ou fundamentos do celibato em resposta às objeções conhecidas pelo romano pontífice, bem como as suas considerações ao que chamou de valores humanos na vivência do celibato sacerdotal. Com essa delimitação e em diálogo bibliográfico com outros autores, o aprofundamento da temática tem em vista a dimensão estética do celibato como manifestação de seus fundamentos cristológicos, eclesiológicos e escatológicos como configuração, disponibilidade e esperança. Por estética compreende-se que a vivência do celibato manifesta na vida do célibe e aos seus interlocutores uma experiência carregada de sensibilidade, percepção e conhecimento.

Não se pretende, portanto, entrar no mérito da questão quanto a validade ou não do celibato ou proposições alternativas à sua prática como compreendida hoje pela Igreja. Destarte, o intento consiste em oferecer ao leitor a possibilidade de pensar o celibato do ministro ordenado na perspectiva da fé em dimensão relacional. Uma perspectiva estética que se inaugura no mistério do Verbo encarnado, o mesmo que inspirou o autor da carta aos Hebreus a afirmar: "Por isso ao entrar no mundo, ele afirmou: Tu não quiseste sacrifício e oferenda. Tu, porém, formaste-me um corpo [...] Por isso eu digo: Eis-me aqui, – no rolo do livro está escrito a meu respeito – eu vim, ó Deus para fazer tua vontade" (*Hb* 10,5.7).

1 Os fundamentos do celibato segundo Paulo VI

Em 24 de junho de 1967, o papa Paulo VI assinava a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* atendendo a uma das questões que ficara em aberto no Concílio Ecumênico Vaticano II (SaC 2). O período que antecedeu e acolheu o referido concílio foi marcado por pedidos para que a Igreja revisse a disciplina acerca do celibato como expõe o próprio Paulo VI no início da encíclica em questão:

Mas no clima atual de novos fermentos, manifestou-se também a tendência, e até a vontade expressa, de pedir à Igreja que torne a examinar esta sua instituição característica, cuja observância, segundo alguns, se tornou problemática e quase impossível no nosso tempo e no nosso mundo (SaC 1).

Frente a essa problemática, o sumo pontífice, em resposta ao pedido feito pelos padres conciliares, reafirma no texto da encíclica a disciplina eclesial do celibato oferecendo luzes para uma compreensão e vigor acerca dessa Tradição (SaC 2). Considerando os desafios de tantos questionamentos, vê neles, todavia, elementos de contradição que os arrefecem: "Pode dizer-se que, nunca como hoje, o tema do celibato eclesial foi com tanta agudeza examinado [...] muitas vezes com intenções fundamentalmente retas, se bem que as palavras, de quando em quando, as tenham traído" (SaC 5). A seguir, não se quer apresentar um resumo, mas reunir as objeções ao celibato e a resposta do papa Paulo VI ao elencar os três elementos fundamentais para sua compreensão.

1.1 Objeções ao celibato como condição ao ministro ordenado

A Primeira objeção recolhida por Paulo VI provém do Evangelho onde, segundo seus críticos, não se encontra a obrigação do celibato, mas apenas a proposição para adesão. Ao longo do Novo Testamento, ilustra o Papa Paulo VI, essa obrigatoriedade também não é encontrada entre aqueles que são escolhidos para estar à frente

das comunidades nascentes (SaC 5). Uma segunda objeção, dizem os que pedem sua revisão, estaria na motivação para tal disciplina encontrada no período Patrístico. A afirmação gravita em torno da justificativa da mudança de contexto, de compreensão da sexualidade, do corpo humano e da pureza esperada dos ministros ordenados para o contato com as coisas sagradas (SaC 6).

Uma terceira e quarta objeções assumem o caráter de preocupação por parte de seus representantes. Trata-se da associação feita entre celibato e vocação sacerdotal como elemento que causa dificuldade e impedimento a muitos homens que, sem tal obrigatoriedade, poderiam estar nas fileiras do sacerdócio ministerial (SaC 7-8). Nessa mesma perspectiva quer-se justificar a próxima objeção dizendo que o matrimônio evitaria escândalos e infidelidades sacerdotais ao assegurar um testemunho mais completo da vida cristã por parte dos ministros (SaC 9).

Na sequência, enumeram-se as objeções que apontam para o celibato como uma opção que fere a natureza e o equilíbrio da personalidade humana, questionando: "Não indicará tudo isto violência injusta e desprezo injustificável dos valores humanos, derivados da obra divina da criação e integrados na obra da redenção realizada por Cristo?" (SaC 10). Apoiadas nessas ideias, as objeções sublinham, ainda, que o celibato fomenta a solidão e a frieza humana. Por fim, entre as objeções há também a que questiona o grau de maturidade daquele que se dispõe ao celibato estando aquém de seus desafios e exigências ao longo da vida (SaC 11).

Diante disso, antes de encerrar a primeira parte da encíclica, o Papa Paulo VI se diz ciente de inúmeras outras dificuldades. Todavia, apela para a compreensão falha dos que colocam interrogações sobre essa disciplina eclesial esquecendo-se de considerá-la como luz diante das realidades humanas, sua mensagem, sua prerrogativa de dom de Deus e sua proposta de um modo de vida cuja lógica é superior em sua eficácia e plenitude (SaC 12).

Em contrapartida, convencido do testemunho de homens e mulheres que vivem esse chamado

com fidelidade e entrega sendo sal da terra e luz do mundo, afirma o romano pontífice:

Este coro de objeções parece que sufoca a voz secular e solene dos Pastores da Igreja, dos mestres de espírito, do testemunho vivo de uma legião sem número de santos e de fiéis ministros de Deus, que fizeram do celibato objeto interior e sinal exterior da sua alegre e total doação ao mistério de Cristo (SaC 13).

Perante tais testemunhas, Paulo VI reafirma a validade do celibato como elemento indispensável para o exercício do sacerdócio ministerial enquanto sinal de entrega total, perene e exclusiva a Cristo e sua Igreja (SaC 14). Consciente de que vocação sacerdotal e celibato não estão necessariamente vinculados, no uso de sua autoridade, reafirma que é legítima a opção da Igreja em apresentar as condições concretas para que os homens sejam aptos ao exercício do ministério eclesial.

Assim afirma Paulo VI:

pertence por conseguinte à autoridade da Igreja estabelecer, segundo os tempos e os lugares, quais devam ser em concreto os homens e quais os requisitos exigidos para que possam considerar-se aptos para o serviço religioso e pastoral da mesma Igreja (SaC 15).

Reconhecendo ser obra da Divina Providência, a oportunidade de reapresentar a compreensão acerca do celibato sacerdotal, o papa convida para que as adversidades e objeções que se levantam contra essa opção da Igreja, sejam ocasião para um testemunho ainda mais esclarecido à inteligência humana (SaC 16).

1.2 As razões do celibato consagrado segundo Paulo VI

Aprofundando a perspectiva apresentada no Concílio Ecumênico Vaticano II, Paulo VI reafirma que, embora a natureza do sacerdócio não exija a virgindade e o celibato, o Concílio optou por reafirmar essa solene, sagrada e providencial lei do celibato sacerdotal (SaC 17) justificando-a com espírito de fé e fervor o que a Igreja compreende ser um dom de Deus. Diante disso, apresenta como fundamento as dimensões cristológicas, eclesiológicas e escatológicas que, sinteticamente, passam a ser apresentadas.

Na perspectiva cristológica se encontra a compreensão mesma da novidade do sacerdócio cristão como participação no sacerdócio de Cristo único e irrepetível (SaC 19.21). Trata-se, outrossim, de uma participação configurativa que confere uma forma de vida performativa à condição do homem e mulher. Essa participação é apresentada por Paulo VI como um novo caminho ao lado do matrimônio que continua como obra primeira na criação. Nesse caminho inaugurado por Jesus Cristo, a criatura, além de unir-se mais estreitamente ao Senhor, manifesta de modo mais radical a novidade do Novo Testamento (SaC 20.22).

A vida célibe, sublinha o romano pontífice, não se trata somente de uma participação, mas de uma configuração, noutras palavras, trata-se de um modo concreto de compartilhar o estado de vida humana assumido pelo Redentor (SaC 23) ao fazer-se homem. Desse modo, a riqueza do celibato pode ser alcançada na perspectiva cristológica entendendo-o como resposta de amor ao Amor tornando-se "sinal de amor sem reservas, estímulo de caridade que a todos abraça" (SaC 24). Assim, se alcança o mistério que envolve o celibato afastando-o de uma perspectiva meramente funcional e institucional projetando-o como generosa e nobre expressão de liberdade e caridade.

O fundamento eclesiológico emerge na reflexão como desdobramento do sentido cristológico, ou seja, a partir do amor de Cristo à Igreja e sua fecundidade espiritual donde nascem os filhos de Deus (SaC 26). É um elemento apresentado na perspectiva da disponibilidade de uma oferta total que dispõe o ministro ordenado à oração e à Palavra de modo que ecoe mais profunda e eficazmente seu anúncio (SaC 27-28). A isso, soma-se a centralidade do mistério eucarístico que une o ministro ordenado à entrega de Cristo (SaC 29).

Esse aspecto da disponibilidade ganha, ainda, outros contornos de espiritualidade à luz da entrega de Cristo que, comparado a semente, morre para frutificar (Jo 12.24). Ao apresentar a razão eclesiológica para o celibato, o papa questiona seu leitor com as seguintes palavras: "Quantas considerações poderíamos acrescentar ainda sobre o aumento de capacidade, de serviço, de amor e

sacrifício do sacerdote em favor do Povo de Deus?" (SaC 30). Nessa disponibilidade à comunidade a configuração a Jesus Cristo torna presente a imagem do Bom Pastor tornando-se dispensador de graças como penhor da vida futura em esperança. Uma presença que chama os demais membros da Igreja à castidade no reconhecimento da sacralidade do corpo humano (SaC 31-32).

Por fim, é apresentado pelo Papa Paulo VI o significado escatológico do celibato como sinal do reino futuro que se antecipa ao interior da história na realidade da Igreja. Sinal do mistério do Reino dos Céus já presente, o celibatário acena com sua entrega à vida futura (SaC 33-34). Uma afirmação fundada em Mt 22,30 onde se pode ler: "na ressurreição, nem eles se casam, e nem elas se dão em casamento, mas são todos como anjos no céu".

A presença do célibe ministro ordenado, torna-se para a comunidade cristã alguém que, configurado a Jesus Cristo e disponível ao povo de Deus, acena para as realidades futuras tornando-se embaixador de Cristo. A esperança que o acompanha chama aos homens e mulheres a olharem, em meio as vicissitudes do tempo presente, para onde se orienta sua peregrinação terrestre. Olhar para o alto devolve aos contemporâneos do ministro ordenado o sentido maior de sua existência onde a verdadeira vida, escondida com Cristo, há de se manifestar (SaC 34).

2 O lugar e o horizonte do amor no celibato

Tendo presente os fundamentos teológicos para o celibato nas perspectivas cristológica, eclesiológica e escatológica, cabe, agora, prosseguir a reflexão no que tange ao seu lugar e horizonte na vida humana. Partindo dos três elementos fundamentais quer-se observar como incidem na vida de onde emerge a beleza e os desafios próprios da resposta humana ao dom de Deus. Para tal, se continuará tendo como fio condutor a encíclica em questão, *Sacerdotalis Caelibatus* (50-59) em diálogo com outros autores.

2.1 O corpo como lugar da manifestação do amor

O primeiro aspecto a ser considerado, partindo da *Sacerdotalis Caelibatus*, refere-se a perspec-

tiva de compreensão. Não se trata, a vivência do celibato, de uma renúncia ao amor, mas, sim, de um generoso ato de amor (SaC 50). Isso implica a ver o celibato não pela ótica do *não* reduzindo sua justificativa às suas restrições, mas pela ótica do *sim* que torna fecundo o amor humano. Sob o prisma da fé, não se deve esquecer que se trata de uma resposta ao Deus que se revela (DV 5), portanto, uma graça a ser acolhida em disponibilidade sabendo, aqui, que "a graça não destrói nem violenta a natureza: eleva-a e dá-lhe capacidade e vigor sobrenatural" (SaC 51).

Para a resposta é indispensável ter presente suas implicações. A consciência do que se abraça é irrenunciável à resposta. Em consciência, o ser humano, diante de Deus, não negligencia suas implicações como também não as faz maiores do que são. Assim é capaz de assumir o celibato de modo autêntico e benéfico como dom da graça oferecido à sua humanidade (SaC 52). Nessa vivência é possível perceber que a dimensão do amor não está reduzida a relação sexual, mas se amplia as demais dimensões que constituem o ser humano imagem e semelhança de Deus (SaC 53). "O homem, criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1, 26-27), não é somente carne, e o instinto sexual não é tudo nele. O homem é também e sobretudo inteligência, vontade, liberdade e, graças a estas faculdades, é e deve ter-se como superior ao universo: elas tornam-no senhor dos próprios apetites físicos, psicológicos e afetivos" (SaC 53).

Com isso entende-se que a vida celibatária não se constitui na negação do corpo humano com suas manifestações próprias. "Tornar-se espiritual é viver o próprio corpo como doado e feito para o dom e para a relação. Tornar-se carnal é escutar o próprio corpo, decifrar a sua linguagem e intuir a sua dignidade naquela busca de amor e verdade que, muitas vezes, se esconde como necessidade profunda por detrás de certos pedidos seus" (CENCINI, 2018, p. 140). A vida cristã não se resume apenas em uma disposição interior, mas reclama também manifestações exteriores e, para isso, requer-se um corpo – em última análise, é o corpo quem salva a alma pelo exercício concreto dos dons, pela escuta

da palavra e recepção dos sinais da salvação (WILLIANS apud RADCLIFFE, 2011, p. 94). De forma poética, C.S Lewis, na obra *Cartas de um diabo ao seu aprendiz*, oferece uma reflexão por meio de uma das cartas que Maldonado escreve ao seu sobrinho ensinando-o que jamais deve esquecer o que os humanos, constantemente, esquecem: "[eles] se esquecem constantemente, coisa de que você deve lembrar sempre, de que são animais, e de que qualquer coisa em relação ao seu corpo afetará a sua alma" (2017, p. 32).

Essa dimensão corporal da fé cristã se expressa de forma singular no sacramento central da fé, a Eucaristia, isto é, o *Corpo de Cristo*. Na última ceia, "Jesus faz o dom do seu corpo aos discípulos [...] O ato central da Última Ceia revela o que significa para nós ser corpóreo [...] Só podemos entender a nossa sexualidade à luz da Eucaristia e vice-versa" (RADCLIFFE, 2011, p. 151-152). Uma perspectiva que torna a vida celibatária um dom não pela negação do corpo, mas por seu significado último. Destarte, uma expressão que se torna enfraquecida pela banalização do corpo ou por sua objetificação. Por outro lado, na entrega de Jesus, se ilumina o sentido da entrega e da vulnerabilidade de quem se faz dom. Amar de modo celibatário é correr o risco de Jesus Cristo cuja entrega de si passou pela incompreensão, traição, abandono, solidão e morte antes da ressurreição.

Essa amplitude do amor humano vivido de forma célibe, torna o celibato alguém que manifesta na escolha humana por uma "relação pessoal mais íntima e completa com o mistério de Cristo e da Igreja, em prol da humanidade inteira" (SaC 54). Aqui se sublinha o que fora afirmado anteriormente: a compreensão de Paulo VI de que o celibato eleva ao grau mais alto os valores humanos por meio de uma entrega total de si por amor a Cristo e em favor da humanidade. Uma entrega sujeita à crise do amor. Uma crise que, assim como na Última Ceia, revela a falta de compreensão da entrega por parte de quem recebe o dom de dar-se a todos. Se de um lado tem-se a incompreensão dos discípulos, de outro, a fidelidade de Jesus torna fecunda a crise.

Portanto, não é o celibatário alguém que desconhece o amor humano, seus afetos, impulsos e liberdade. Pelo contrário, trata-se de alguém consciente de si física e psicologicamente em vista de um autodomínio como expressão da liberdade de quem caminha para sua realização plena (SaC 55). Com isso, se pode dizer, afirma o papa, que “não é verdade que o matrimônio e a família sejam a única via para a maturidade da pessoa humana. No coração do sacerdote não está extinto o amor” (SaC 56).

2.2 A castidade como horizonte do amor

A afirmação de Radcliffe, “alguém que é celibatário mas não tem amor pode parecer casto mas não é” (RADCLIFFE, 2011, p. 158), confere significado ao lugar do amor como expressão de relação. Segundo o autor, é pela castidade que o amor é libertado da banalização, da objetificação dos corpos e da fantasia de que o celibatário é uma espécie de figura angélica e assexuada (RADCLIFFE, 2011, p. 158-159). Tais reduções estimulam a concupiscência e a despersonalização que não permitem ver o outro em sua verdade e realidade, mas como um objeto de posse e manipulação (RADCLIFFE, 2011, p. 163-164).

Partindo da realidade manifestada na Última Ceia, o celibatário não nega sua corporeidade, não faz e nem se faz objeto com finalidades utilitaristas e hedonistas, mas descobre sua dimensão de entrega generosa que ressignifica suas paixões, seus amores e impulsos. O celibatário ama não apesar de seu corpo, mas com seu corpo, lugar da manifestação concreta de sua resposta. Como afirma Tomas de Aquino, “a castidade tem sua sede na alma, mas sua matéria é o corpo, pois ela tem como função fazer que se use moderadamente dos membros do corpo, segundo o juízo da razão e a decisão da vontade” (STh II-II 151,1, obj. 1).

Na oferta do amor como realidade dialogal, sua realização se dá pela abertura ao infinito horizonte que dilata o coração humano capacitando-o à paternidade e à plenitude da sensibilidade (SaC 56). Segundo Rafael Cifuentes, na mesma perspectiva de Paulo VI, “a entrega a Deus não limita de maneira

nenhuma o coração; ao contrário, enriquece-o e torna-o mais capaz de realizar esses sentimentos profundos de paternidade e de maternidade que o próprio Senhor colocou na natureza humana” (CIFUENTES, 2001, p. 158). Como se disse anteriormente, o amor em perspectiva celibatária dilata o coração humano na sensibilidade.

O tema da paternidade espiritual sempre precisará de aprofundamento dentro do que significa a vida celibatária. Trata-se de uma realidade fundada no Espírito de Deus que estende os vínculos para além da consanguinidade e do amor humano. “Ele é generoso [...]. Dá cem por um; e isso é verdade mesmo nos filhos. Muitos se privam deles pela glória de Deus, e têm milhares de filhos do seu espírito. Filhos, como nós o somos do nosso Pai que está nos céus” (ESCRIVÁ, 2016, p. 779). Fala-se, aqui, de uma paternidade que provém da fé e dos sacramentos e que concede ao celibatário a vivência de um amor sponsal pela Igreja e paterno por aqueles que renasceram pela água e pelo espírito. É esse o testemunho dado por Paulo aos cristãos de Corinto: “Com efeito, ainda que tivésseis dez mil pedagogos em Cristo, não teríeis muitos pais, pois fui eu quem pelo Evangelho vos gerou em Cristo Jesus” (1Cor 4,15). Um amor por aqueles que são alimentados em sua caminhada, assistidos em sua debilidade, lutas e vitórias, amados em sua fraqueza. Uma paternidade cuja missão é a santificação dos que lhe são confiados.

A vivência do celibato e sua beleza, insistem o papa Paulo VI, não eclipsa o matrimônio, mas o enobrece ao ser visto também como dom de Deus para o testemunho do Reino (SaC 20). Nessa graça testemunhal, é pedido ao celibatário que aponte para as realidades últimas uma vez configurado a Cristo em seu corpo, isto é, na Igreja (SaC 57). Assim, o sacerdócio ministerial apresenta ao matrimônio a finalidade última do amor por meio de sua entrega. O matrimônio, por sua vez, oferece ao sacerdote o testemunho desse mesmo amor em meio aos desafios do tempo presente (SaC 57).

Nesse horizonte pesa sobre o celibato, lembra o romano pontífice, a marca da solidão. Todavia,

afirma, não se trata de uma solidão vazia, mas habitada pelo Senhor que lhe confere sentido (SaC 58). Uma solidão que lhe deixa apto interna e externamente à caridade pela via da disponibilidade de si. Evocando a carta aos Hebreus 5,1, sublinha que o sacerdote fora tirado do meio dos homens em favor desses mesmos pela caridade. Não se trata, portanto, de uma solidão como isolamento de si, mas como impulso de entrega pela liberdade que confere (SaC 58).

Se a marca da solidão leva os não-celibatários e seus candidatos ao questionamento, leva o celibatário a experimentar os limites de uma vida feita para a comunhão e não para o isolamento autossuficiente. Uma comunhão que na redução da sexualidade torna a castidade um desafio de amor. "A sexualidade é, antes de tudo, *energia que abre para a relação e para a reciprocidade*, ou seja, rumo ao amor e ao mútuo dom de si" (CENCINI, 2018, p. 71, grifo do autor). Esse limite evoca, ainda, a necessidade da intimidade como espaço de vida compartilhada em um horizonte que se alarga e se aprofunda, afinal, "qualquer ser humano tem uma profunda necessidade de ser conhecido. Dentro de cada um de nós existe uma história que precisa ser contada. Intimidade significa compartilhar nossa história" (KELLY, 2007, p. 17).

A intimidade no horizonte da castidade é uma necessidade humana legítima que não é negada, mas precisa ser ressignificada. Desenvolve-se em diálogos e manifestações de afeto que, quando fundados na casta comunhão e fraternidade, tem a capacidade de lembrar seus interlocutores quem eles são. Comunicar, torna-se uma forma de dar-se e, conseqüentemente, redescobrir-se. "Os relacionamentos ajudam a nos mantermos honestos. Cada um de nós é para o outro um espelho necessário para que nos vejamos e nos conheçamos. Isolados e sozinhos, ficamos sem referência, sujeitos a todo tipo de fantasia sobre nós mesmos" (KELLY, 2007, p. 18). Evitando negar a fragilidade humana que sente a solidão de forma natural, Paulo VI convida ao testemunho de Cristo que, em sua solidão, buscava a intimidade com o Pai. Diz o papa: "Quem escolheu ser todo de Cristo há de encontrar,

antes de tudo, na intimidade com Ele e na sua graça, a força de ânimo necessária para dissipar a melancolia e para vencer os desânimos" (SaC 59).

Por fim, não passa despercebido, como é próprio da tradição da Igreja o testemunho e a materna intercessão de Maria (SaC 59). Nos apelos humanos que nascem da dor de uma solidão não amadurecida, além da espiritualidade, Paulo VI aconselha a busca de diálogo com o bispo, a fraternidade sacerdotal e a amizade com os membros do povo de Deus (SaC 59). Essa temática é aprofundada na encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* nos n. 73-82.

3 A expressão estética do celibato

Nessa última parte quer-se, ao retomar os três fundamentos do celibato situados no lugar e no horizonte descritos, oferecer três indicativos para a vivência e o cultivo do celibato sacerdotal. Inicialmente vale lembrar o que já é consolidado na Tradição da Igreja: o celibato é dom de Deus. Enquanto dom, não é possível vivê-lo senão na perspectiva da fé que é essencialmente relacional – uma resposta obediencial ao Deus que se revela (DV 5). Funda-se, pois, na intimidade daquele que chama o homem para estar com ele como amigo (DV 2):

Vós sois meus amigos se fizerdes o que vos mando. Já não vos chamo de servos, mas de amigos porque vos dei a conhecer tudo o que recebi de meu Pai. Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes fruto e para que vosso fruto permaneça, a fim de que tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome ele vos dê. Isto vos mando: amai-vos como eu vos amei (Jo 15,14-17).

Afirmações de Jesus Cristo que oferecem, aos fundamentos da vida celibatária a expressão de sua vivência: configuração, disponibilidade e esperança.

3.1 Primeiro elemento estético: a configuração a Jesus Cristo

Na configuração a Jesus Cristo se manifesta a dignidade do ser humano *Capax Dei*. Uma criatura amada e chamada a intimidade de Deus que se dá a conhecer, permanecendo, contudo, mistério

inesgotável. Uma configuração que torna o ser humano participante da obra redentora chamado a produzir frutos que permaneçam e a dirigir-se ao Pai em nome de Jesus Cristo, ou seja, a seu modo. Assim, ao ministro sagrado fica delimitado o que significa a expressão *tudo o que pedirdes* uma vez que ela tem como sustentáculo a Verdade do Filho no querer do Pai.

Tendo como palavra-chave *amigo*, o celibato na perspectiva da fé não leva ao que acolhe o dom a uma vivência isolada ou autossuficiente, mas necessariamente relacional. Uma amizade que, como diz o profeta Oséias, visibiliza a ação de Deus que atrai com vínculos humanos e cuida com laços de amor (*Os 11,4*). Vincular e cuidar – duas palavras que definem o sentido da amizade manifestada à humanidade na encarnação do Verbo que feito homem atraiu todos para si na entrega de si (*Jo 12,32*). No amor que se deixa ferir, a humanidade é renovada e redescobre o sentido último de sua própria existência.

Nessa configuração, à luz da encarnação do Verbo que entra na história humana configurando-se como criatura sem deixar de ser Deus, resplandece o sentido da vida celibatária como participação específica na vida divina. Trata-se, pois, de uma configuração que só é compreendida pela via do encontro que é entrega. Assim sendo, requer a arte da contemplação do rosto do outro no momento presente. Tornar-se presente diante do outro, aguardando o momento de poder entrar em sua história e em sua intimidade sabendo-se, ao mesmo tempo, visitado é a expressão dessa configuração. Na arte do encontro, contemplar significa dizer que o amor não acontece onde a pressa é protagonista. O amor pede dedicação e proximidade.

O amor requer sensibilidade para ser casto. Somente na possibilidade de uma contemplação que acolhe, ouve e toca (*1Jo 1,1*) é possível privar-se da banalização ou instrumentalização do outro. Pela castidade, o amor floresce todas as dimensões humanas na sinceridade e na verdade. Trata-se, a castidade, não de uma perspectiva de desprezo e renúncia do corpo, mas em um modo mais amplo e profundo de relacionamento consigo e com

os outros ultrapassando a dimensão puramente genital da sexualidade (CENCINI, 2018, p. 132).

3.2 Segundo elemento estético: a disponibilidade de si

Todo encontro se realiza quando se desdobra em disponibilidade. Não se trata, portanto, apenas de colocar-se diante do rosto que se apresenta, mas de colocar-se ao seu lado a fim de contemplar o mesmo horizonte. Na disponibilidade de si, transparece a compaixão de quem sente a vida que pulsa diante de si com um rosto, uma história e suas marcas. Assim lembra o Concílio Ecumênico Vaticano II: "alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (GS 1).

Nessa disponibilidade e suas consequências, se realiza a entrega de si para que possam surgir frutos que permaneçam como lembra Jesus: "Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer produzirá muito fruto" (*Jo 12,24b*). Nessa entrega, ao lado da dignidade de *homo capax Dei* emerge a liberdade humana capaz de um ato de generosidade fazendo-se oferta. Essa não é uma entrega aleatória ou ao acaso, mas pertence a um plano de salvação cuja luz irradia naqueles que se colocam em sua perspectiva. Daqui decorre a afirmação de Jesus que conjuga os frutos a certeza de ser ouvido pelo Pai em seu nome. Trata-se dos frutos da redenção, dos frutos do Espírito (*Gl 5,22-24*) que transforma aquele que os oferece a fim de que participe na missão única e irrepitível de Jesus Cristo.

O amor em sua estrutura, lembra Cencini, tem estrutura pascal. O Ressuscitado-chagado é o ícone do amor que arde em sem se consumir. As chagas, lembra o autor, não são como cicatrizes fechadas, mas são feridas abertas que não evocam o passado, mas que manifestam a dinâmica de um amor que se renova na constante entrega de si. Desse modo, "não há nada de mais miserável do que um celibato reduzido à cicatriz, do que um virgem que conseguiu cicatrizar a sua ferida e não conseguiu, se alguma vez tentou,

remotivar a oferta" (CENCINI, 2018, p. 164). Nessa perspectiva, o celibatário é alguém chagado pelo amor e não alguém ferido pelo desamor.

A dimensão eclesial do celibato convida o ministro ordenado a saber estar só para estar disponível. Essa dimensão confere uma nova leitura à solidão que não é isolamento, mas *liberdade para*. Reconciliar-se com essa solidão entendida como presença acessível, protege o celibatário da tentação de posse do outro como aquele que pode resolver sua carência. No dizer de Martin Buber, "aquele que diz Tu, não tem coisa alguma por objeto. [...] Quem diz Tu, não possui coisa alguma, não possui nada. Ele permanece em relação" (2012, p. 52). Nessa relação se estabelece o sentido mesmo da presença como reciprocidade, sentido, realização (BUBER, 2012, p. 122-123).

3.3 Terceiro elemento estético: a esperança para além de si

A configuração como encontro e a disponibilidade como relação compassiva levam a experiência humana ao conhecimento do seu próprio limite e fragilidade. O célibe não é alguém superior aos demais ou, como já se disse, autossuficiente. É alguém que compreende sua própria presença como companhia na peregrinação humana para um sentido maior que já o encontrou (CENCINI, 2018, p. 55). É *homo viator*, um peregrino na vida para além da vida, uma testemunha do Reino que se sabe habitado pelo Espírito de Deus. Nessa esperança testemunha que toda realidade pode ser transformada pela suavidade do amor que vence a morte.

Como testemunha da esperança fundada no Amor, manifesta a presença de Deus que não é opositor ou concorrente do ser humano, mas aliado na busca de um sentido que permanece. À luz da encarnação, pode-se dizer que no amor humano o amor divino faz sua morada. No mistério da presença do Verbo que se fez carne, o ser humano não somente é capaz de Deus, mas é capaz do próximo

e, como tal, torna-se solidário na esperança que carrega. Uma esperança que o chama constantemente à conversão afim de que a insensibilidade não ofusque a visão como exorta o evangelho de Lucas: "Tomai cuidado para que vossos corações não fiquem insensíveis por causa da gula, da embriaguez e das preocupações da vida" (Lc 21,34).

Na perspectiva da esperança, o celibato se reveste de um caráter espiritual vivido na corporeidade em busca da bem-aventurança que o torna sinal: "Bem-aventurados os puros de coração porque verão a Deus" (Mt 5,8). Uma sentença que evoca movimento, caminho a percorrer, uma meta a alcançar.² Uma bem-aventurança que torna o célibe, ministro ordenado, testemunha da esperança que desperta seu coração para um amor indiviso. Nesse sentido, lembra Cencini: "o puro de coração anuncia que não existem outros desejos, e que se, agora, ainda não é possível a visão plena e solar, certa intuição ou olhar fugaz, mas que de alguma forma atinge fragmentos de verdade" (CENCINI, 2018, p. 119).

Trata-se, portanto, de viver o que reza a liturgia na oração pós comunhão no primeiro domingo do Advento do Missal Romano: "Aproveite-nos, ó Deus, a participação nos vossos mistérios. Fazei que eles nos ajudem a amar desde agora o que é do céu e, caminhando entre as coisas que passam, abraçar as que não passam" (1992, 129).

Considerações finais

A questão acerca do celibato está longe de ser esgotada. O mistério que o envolve situa-se no horizonte da fé e só pode ser compreendido na perspectiva do amor que se faz doação – um horizonte casto onde o corpo, em transfiguração, é capaz de manifestar o amor. Um amor fundado na revelação do Verbo que, assumindo um corpo, manifestou a profundidade do mistério humano e sua dignidade.

As considerações de Paulo VI, embora se distanciem cronológica e ininterruptamente de nossos dias, mostram-se atuais por traduzirem

² "A finalidade de nossa profissão, como já mencionamos, é o reino de Deus, ou dos céus. Nosso escopo, todavia, é a pureza do coração, sem a qual é impossível alguém alcançar esse fim. Fixando, pois o olhar nessa meta, para que nos sirva de orientação, podemos correr por um caminho reto e nitidamente traçado. Contudo, se dessa linha reta o nosso pensamento se desviar, por pouco que seja, devemos logo reconduzi-lo àquela contemplação, corrigindo nossas dispersões" (CASSIANO, 2011, p. 23).

parte do mistério do dom e da vocação. As razões por ele apresentadas, a saber, cristológica, eclesiológica e escatológica dão respostas as objeções e, ao mesmo tempo, chamam a uma atualização constante no aprofundamento de seus fundamentos.

Essa questão situa-se na evolução da antropologia, nela a compreensão do amor humano essencialmente relacional chama a teologia a uma constante visita a seus princípios o que não necessariamente invalida suas reflexões consequentes, mas podem torná-las mais significativas aos seus interlocutores. O celibato é uma possibilidade humana de configuração a Jesus Cristo, porém não a única. Isso responsabiliza na liberdade o que se dispõe a essa resposta sabendo que não é única opção à plenitude.

A vivência do celibato como dom, manifesta sua beleza enquanto participação na vida divina a uma criatura *Capax Dei*. Sua experiência estética manifesta-se não somente no conhecimento do ser humano sobre suas potencialidades, mas sobretudo da iniciativa divina e das suas consequências que impelem o ministro a ter seus olhos fixos para além do tempo. Um mergulho no mistério de uma entrega que não o nega, mas o afirma de forma ainda mais radical tornando-o sinal do que em Cristo se realizou: a plena comunhão entre Deus e Homem sem confusão nem anulação.

Referências

- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2012.
- CASSIANO, João. *Conferências 1 a 7*. Juiz de fora: Su-biaco, 2011. v. 1.
- CENCINI, Amedeo. *Virgindade e celibato hoje*: para uma sexualidade pascal. São Paulo: Paulinas, 2018.
- CIFUENTES, Rafael Llano. *Não temais... não vos preocupeis... Deus é vosso Pai*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- ESCRIVÁ, Josémaria. *Caminho*. São Paulo: Quadrante, 2016.
- KELLY, Matthew. *Os sete níveis da intimidade*: a arte de amar e a alegria de ser amado. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.
- LEWIS, Clive Staples. *Cartas de um diabo ao seu aprendiz*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

MISSAL ROMANO. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. Típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acrésc. aprov. pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulus, 1992.

PAULO VI, Papa. *Carta encíclica Sacerdotalis Caelibatus*. Roma, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdo_talis.html. Acesso em: 18 ago. 2021.

RADCLIFFE, Timothy. *Por quê ser cristão?* São Paulo: Paulinas, 2011.

SÍNODO PAN-AMAZONICO (06 a 27 de outubro de 2019). *Relatório do Circulo Menor Grupo B-Português*. Roma, 16 out. 2019. Disponível em: <http://www.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/noticias/relatorio-do-circulo-menor---grupo-b.html>. Acesso em: 18 ago. 2021.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.

Thiago De Moliner Eufrásio

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; Reitor do Seminário Teológico Bom Pastor, em Florianópolis, SC, Brasil.

Endereço para correspondência

Thiago De Moliner Eufrásio
Seminário Teológico Bom Pastor
R. Cônego Tomás Fontes, 192
Santa Monica, 88035-030
Florianópolis, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.